

História do tempo presente: mutações e reflexões

Igor Lemos Moreira

Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
igorlemoreira@gmail.com

Resenha da Obra: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

A História do Tempo Presente (HTP) no Brasil é um campo consolidado que atualmente desperta menos ruídos do que quando começou a se estabelecer em grupos universitários e programas de pós-graduação. Não pretendendo fazer um largo retrospecto institucional do campo, é importante pontuar o protagonismo inicial da História Oral e do eixo sudeste para os primeiros movimentos. Tais primeiros passos foram diretamente influenciados pela produção desenvolvida na França, através do Instituto de História do Tempo Presente, e progressivamente passou a incorporar outros referenciais, também europeus. Tal processo não foi uma excepcionalidade brasileira, sendo observado movimentos semelhantes no México e Argentina, que buscaram nas produções de Henry Rousso, François Bedarida, François Hartog e Reinhart Koselleck diálogos epistemológicos iniciais.

No entanto, passado alguns anos, é notável a eclosão de uma produção brasileira importante na área, que apesar de ainda profundamente ligada a matriz franco-germânica tem progressivamente estabelecido correntes epistêmicas próprias. Destaca-se, entre as produções de sistematização teórico-metodológica, especialmente as publicações em formato de coletâneas publicadas nos últimos anos, para além dos periódicos *Tempo e Argumento* e *Cadernos do Tempo Presente*, a exemplo de *Tempo Presente* e *Usos do Passado* (FGV, 2012); *História do Tempo Presente* (FGV, 2014); *História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia* (Casa Abertura, 2016); *Tempo Presente: uma história em debate* (Autografia, 2019); *Coleção História do Tempo Presente* (Editora UFRR,

2020); *História Pública e História do Tempo Presente* (Letra e Voz, 2021); *Fio que se faz trama: A História do Tempo Presente e a responsabilidade na pesquisa histórica* (Mil fontes, 2022). Tais obras procuraram reunir diferentes gerações de historiadores e historiadoras de distintas regiões do país, com eventuais colaborações internacionais, de forma a elaborar uma cartografia reflexiva da área, em especial os principais avanços e a autonomização do campo frente ao cenário internacional.

Em 2022, foi publicada uma nova obra de sistematização que apresenta avanços consideráveis da historiografia do tempo presente, mas que indica ainda a permanência de uma vinculação fortemente eurocêntrica, apesar da colaboração de pesquisadores de diferentes nacionalidades¹. Organizada por Angélica Müller e Francine Iegelski, a coletânea “História do tempo presente: mutações e reflexões” foi publicada pela Editora FGV com apoio da FAPERJ em 2022. Reunindo aproximadamente 17 autores e autoras de países como Brasil, França, Argentina, México e Colômbia, a obra promove um diagnóstico da trajetória da HTP e, principalmente, os próximos desafios para o campo.

Apesar das cinco seções que reúnem, por vezes, apenas um capítulo, é possível pensar que a obra está estruturada em dois blocos: artigos de balanço historiográfico sobre a HTP e ensaios teórico-provocativos sobre desafios a serem encarados por historiadores e historiadoras do tempo presente. O primeiro bloco, que poderia ser definido como as “mutações” busca inverter a reflexão provavelmente antecipada dos leitores ao não contar com nenhum texto de autor europeu, partindo da valorização da América Latina para pensar a trajetória do campo. No entanto, essa perspectiva interessante e importante, apresenta paralelamente a profunda influência das historiografias francesas e germânicas ao ser recorrente a citação e retomada da trajetória de espaços de destaque como o Instituto de História do Tempo Presente na França. As reflexões, como o título prevê, ficariam a cargo dos ensaios teórico-provocativos, que apresentam avanços importantes, inclusive na superação de teorias como o presentismo e a proposição de categorias-chave como atualismo e antropoceno. Soma-se a isso um importante prefácio de Marieta de Moraes Ferreira e uma introdução arrojada e provocativa das organizadoras.

A primeira seção do livro, “*HTP e desafios epistemológicos*” se constitui em apenas um capítulo, assinado pelo historiador colombiano Hugo Fazio Vengoa sob o título *La*

¹ Vale ressaltar, antes de introduzirmos a obra, que assim como as coletâneas anteriores existe um foco na produção brasileira em diálogo com contextos internacionais, o que reforça um lugar de colaboração entre diferentes regiões na produção da História do Tempo Presente, onde o Brasil tem se destacado.

historia del tiempo presente: composición, temporalidad y pertinencia. Dividido em três frentes de abordagem, o início do texto discorre sobre as noções de História, tempo e presente, para em seguida analisar a emergência do estudo historiográfico do presente. Por último, o artigo analisa possíveis marcos temporais do considerado “presente histórico”. Vengoa discorre sobre os principais desafios que levaram a retomada do interesse historiográfico pelo presente, em especial a partir da “condição de contemporaneidade”, diferenciando o chamado “presente histórico” de um presente “imediato”, em especial pela espessura temporal. Essa primeira parte, inclusive, retoma abordagens já consolidadas na História do Tempo Presente, que buscam diferenciar o campo da História Contemporânea e da História Recente (ROUSSO, 2016; CHAVEAU, TETART, 1999).

Vengoa avança, em muitos sentidos, nesse debate, inclusive ao ressaltar que a especificidade da HTP reside na forma como o historiador maneja o tempo sob sua lente de observação, percebendo não apenas o vivido, mas a presença de múltiplas temporalidades que o permeiam. Nesse sentido, o presente das sociedades atuais são cotemporalidades, e o “atual” não é esvaziado de sentido sobre o passado. Essa contribuição parte, especial, das perspectivas franco-germânicas sobre os estudos de memória e principalmente os estratos do tempo, esses últimos debatidos por Reinhart Koselleck. Tal proposta é uma abordagem importante, segundo Vengoa (p. 47), resulta em uma perspectiva onde interpretar “la contemporaneidad nos muestra cuales son los atributos esenciales del presente y se evita, de esta manera, caer, en el sempiterno error, de imaginarlo como una simple proyección de la estructura temporal del pasado”. Para isso, é preciso que o historiador do tempo presente caminhe pelo entrelaçamento entre a curta, média e longa duração, não se baseando apenas em um recorte temporal, o que o diferiria de um Historiador do Presente ou do Contemporâneo.

A segunda seção da obra, “*Balances historiográficos e contribuições da América Latina para a HTP*”, reúne o conjunto de três capítulos que fazem um balanço da trajetória do campo a partir de recortes específicos na Argentina e no Brasil, assim como de uma visão panorâmica da América Latina. O primeiro texto, assinado por Marina Franco e Daniel Lvovich, explora as principais matrizes epistêmicas da *Historia Reciente*, termo estabelecido para os estudos da História do Tempo Presente na Argentina. Reforçando que se trata de um campo em expansão, impulsionado na virada do século por motivos sócio-políticos e de financiamentos a pesquisa, os autores argumentam que no caso argentino o campo tem se dedicado “al estudio de pasados próximos, aunque esta constatación no agota su definición” (p. 53). Como principais fatores, a *Historia Reciente*

na argentina tem se ancorado em debates sobre a memória e as abordagens regionais/comparativas centralizando os estudos sobre a violência política. É interessante, a partir da análise dos autores, a observação da centralidade dos estudos sobre as últimas ditaduras como um ponto central do campo, especialmente a partir de sua interface com a dimensão pública e as possibilidades de estudos em escalas locais, nacionais e globais.

O papel das violências políticas pode ser pensado como uma especificidade mais ampla, não exclusiva da Argentina, mas da América Latina. Essa hipótese é defendida no capítulo *Memoria de violencia en América Latina: debates públicos y agendas académicas*, assinado por Eugenia Allier Montaño e Laura Higuera. Enquanto o texto anterior (e o seguinte) focam em estudos de caso nacionais, as autoras procuram ampliar suas análises para pensar o continente latino-americano em perspectiva global, com eventuais destaques ao México. A partir de revisões bibliográficas e mapeamentos sistemáticos da produção na *Red de Revistas Científicas de América Latina y Caribe*, as autoras procuram compreender desenvolver uma cartográfica temática, temporal e espacial da História do Tempo Presente latino-americana.

Segundo as autoras, processos históricos como ditaduras, guerras civis, repressão e regimes autoritários, conflitos e organizações armadas e movimentos sociais seriam alguns dos principais investigados e fomentam, inclusive, a possibilidade de uma história conectada e comparada da América Latina, conforme já citava Franco e Lovich. Neste sentido, uma contribuição importante dos autores está em perceber o potencial comparativo e global da História do Tempo Presente Latino-Americana, inclusiva ao Brasil, o que parece não ter sido um grande foco, apesar dos esforços conforme aponta o texto de Arend e Lohn.

O último capítulo da seção, de Silvia Arend e Reinaldo Lohn, discute o processo de criação do primeiro programa de Pós-Graduação em História com área de concentração “História do Tempo Presente” no Brasil. Criado na Universidade do Estado de Santa Catarina, o PPGH-UDESC foi implementado em 2007 consolidando três ações principais: a formação de recursos humanos, que resulta em produções na área; a promoção de um seminário internacional de História do Tempo Presente; a edição de uma revista acadêmica voltada a área, a Revista Tempo e Argumento. Apesar de uma bibliografia já considerável, que vai desde artigos em periódicos a capítulos de livro, que sistematiza a trajetória, contribuição e principais críticas ao curso, os autores conseguem

desenvolver uma análise bastante apurada e pertinente sobre os caminhos de institucionalização da área a partir de um *locus* específico.

Compreendendo que o PPGH-UDESC não é o único polo, ou mesmo a única referência na área no país, o texto “*Nas margens do tempo: a contribuição da Udesc para a história do tempo presente no Brasil*” reforça a importância de compreender como em um espaço de formação específico é possível mapear, fomentar e estabelecer relações na constituição de um campo acadêmico. Arend e Lohn apresentam um estudo particularmente interessante, que se baseia na trajetória institucional do Programa e sua produção como uma lente de aumento para compreender o amadurecimento da História do Tempo Presente no país. Um aspecto importante, colocado como um desafio ao campo no Brasil, estaria justamente em perceber não apenas as Epistemologias do Sul, como apontam os autores, mas desafiar a tradição acadêmica que se volta especialmente ao diálogo com a matriz franco-germânica da História do Tempo Presente, olhando também para a América Latina, como apontaremos mais a frente.

A seção *Presentismos e desordens climáticas* reúne textos de dois proeminentes historiadores da História do Tempo Presente que se dedicam a pensar a “cotemporalidade”. Em “*Os Impasses do presentismo*”, François Hartog, historiador francês conhecido por seus debates sobre presentismo e os regimes de historicidade, problematiza o papel das mídias, da “condição digital” e das ondas de memória na construção de um presente onipresente, como ele nomeia. Para Hartog, se nas últimas décadas de 1970 a sensação de aceleração do tempo foi marcada por ondas institucionalizadas de preservação das memórias traumáticas, o século XXI impõe novos desafios com a emergência de críticas ao colonialismo, à violência e às “políticas de memória” que reforçam passados difíceis. Esse desafio, materializado na derrubada de estátuas por exemplo, retoma seu argumento central: “no regime presentista, não sabemos mais o que fazer do passado, pois sequer o vemos mais, e não sabemos mais o que fazer com o futuro, que vemos menos ainda” (p. 141). Apesar da provocação pertinente do autor, talvez não se trate de uma cegueira ao passado, mas da diluição entre as fronteiras entre passado-presente dada ao que ele próprio chama de “condição digital”, que é uma condição histórica, onde os meios de mediação tecnológica criam uma relação com a produção e acesso de memórias.

Essa é uma tensão presente no artigo de Rodrigo Turin, intitulado “*A ‘catástrofe cósmica’ do presente: alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea*”. Partindo do cenário de crise entre as relações humanas com a natureza, o historiador

brasileiro provoca o leitor a repensar o conceito moderno de história a partir de outras matrizes epistêmicas que dialoguem com outras temporalidades que não apenas a dos seres humanos. Conforme Turin, pensar o Antropoceno significa não apenas alargar o espaço temporal das análises, em especial a longa-duração, mas compreender que a forma como significamos as temporalidades depende de experiências e projetos de sociedade, como no caso do *capitaloceno*. Segundo Turin (p. 159), essa reflexão perpassa as diferentes maneiras como habitamos o planeta que “implicam modos específicos de ‘se fazer presente’, de assumir as responsabilidades, assim como formas localizadas de agenciamentos, que não podem ser singularizados em escala planetária. Discussão consolidada na História Ambiente e no campo dos sistemas-mundo, o autor defende que reposicionar a historiografia e as formas como lidamos com a temporalidade não é apenas um exercício de ampliação do recuo temporal, mas de reposicionar a agenda social no presente, em especial do ponto de vista histórico-político.

A seção seguinte da obra, “*HTP, O político e os historiadores*” encara os desafios postos pelo presentismo e a crise temporal-climática aventados nos destacados anteriormente. O texto inaugural, “*A indústria das fake News como um problema historiográfico: atualismo e política em um presente agitado*”, problematiza a ideia de que a historiografia profissional conseguiria, apenas baseada em pesquisas rigorosas, denunciar os fatos falsos e combater a desinformação. Mateus Pereira, Thiago Nicodemo e Valdeci Araújo defendem que a onda atualista implicaria em um ambiente de favorecimento das *fake news* em escala industrial. Segundo os autores, mais que um regime presentista, as sociedades ocidentais vivem um contexto de crença em que saber o que ocorre no mundo em tempo real seria o mesmo que desenvolver uma espécie de senso crítico, gerando reações imediatistas que beneficiam as extremas-direitas globalmente, dada a construção de um amplo aparato de retroalimentação. Nos formatos hegemonicamente adotados pela historiografia, existiria uma onda inversamente desproporcional de desinformação onde a chave de combate não poderia estar apenas limitada a um diálogo com o público e adoção de múltiplas linguagens. Para reposicionar e adotar uma posição combativa, é preciso que esse desafio seja colocado no cerne da disciplina, em nosso *ethos*, abrindo-se para outras historicidades emergentes, muitas vezes indisciplinadas e não-convencionais.

Em “*Democracia e escrita histórica*”, Antoon de Baets afirma que a crise da democracia experienciada globalmente pode e deve ser analisada a partir das relações com a escrita da história. Para Baets, a historiografia profissional poderia ser considerada

como uma “escrita da história responsável”, aquela que encontra e diz a verdade, perfil que reforça o compromisso democrático da História, apesar de a conscientização histórica ser muito anterior a própria noção de democracia. Avigorando o papel de diferentes espaços, como a Escola, e/ou agentes, a exemplo do Estado Nação, o autor defende que apesar de esforços recorrentes de conscientização histórica, não necessariamente esses são processos democráticos, no sentido que fortaleçam os seus valores. Em retrospecto geral, de Baets defende que uma sociedade democrática deve ser uma condição necessária a escrita da história, o que impulsiona os historiadores a ocuparem o espaço público mesmo que esse seja o de abrir feridas. Apesar de a escrita da história não ser a responsável direta pela construção de um Estado Democrático de Direito, ela se faz necessária à sua sobrevivência pois “uma sociedade democrática deve tornar possível uma sólida moldura em que relatos confiáveis e plausíveis do passado são exibidos para e debatidos pelo público. Sem esses relatos históricos, nenhuma conscientização histórica democrática forte é possível (p. 207).

Por fim, Christophe Prochasson analisa as relações entre a história como saber e a ação pública em *“O passado no presente: historiografia e política”*. Para o historiador francês, a democratização progressiva do mundo ocidental, junto a emergência do conceito moderno de história, levou ao crescimento de novas demandas sociais de intervenção no espaço público, assumindo tanto o plano das ações como do discurso político. Em especial, o autor chama a atenção para a crescente Era das Comemorações e a renovação dos estudos de memória, na tentativa de abarcar e ao mesmo tempo elaborar novos debates ligados a comunidades heterogêneas que compartilham de experiências comuns. Situando-se no caso francês, Prochasson chama atenção para os usos políticos do passado para fins políticos por tais grupos, em especial no discurso da política institucional, e na mobilização da Revolução Francesa como uma espécie de matriz retórica. No entanto, ao passo que se percebe essa consolidação, a sociedade democrática coloca cada vez mais “novas prática do tempo (basta pensar brevemente no ritmo das eleições) [que] impõem uma relação íntima com a história” (p. 220). Por outro lado, é perceptível no plano das classes políticas a história-problema e participativa que assume outros contornos, mais acríticos e instrumentais, o que leva às contradições de uma sociedade cada vez mais pautada na eclosão de novos grupos, em um presentismo que não cessa de provocar a sensação de aceleração do tempo, e de um passado que é visto por vezes como algo a ser celebrado, mas não repensado ou criticado.

A última seção da coletânea, intitulada “*HTP e tempo brasileiro*”, se constitui de um ensaio das organizadoras da coletânea sobre o Brasil contemporâneo, também chamado de contexto da Nova República. Discutindo a história recente do país, Müller e Iegelski procuram descortinar as múltiplas camadas temporais que marcam o tempo vivido. Em um movimento de “desacelerar a marcha do tempo” (ROUSSO, 2016), o capítulo apresentado procura dar espessura temporal ao tempo vivido demonstrando a longa duração que marca a crise política nacional. Neste sentido, Iegelski e Müller produzem não apenas um ensaio político contemporâneo, mas demonstram de uma saída possível, interessante e bem-sucedida para as discussões que tendem a afirmar que a História do Tempo Presente carece de distanciamento temporal e profunda de análises. As autoras, na verdade, demonstram justamente o contrário, que é a aproximação com a realidade instalada no Brasil pós-2016 que serve de combustível para aumentar a capacidade crítica e analítica de sua produção.

Em linhas gerais, “*História do tempo presente: mutações e reflexões*”, é um livro que apresenta uma importante sistematização de trajetórias da HTP na América Latina, com destaque ao Brasil e a América Latina, ao passo que apresenta desafios importantes ao apresentar uma atualização das agendas de pesquisa. Ao propor, por exemplo, um profícuo debate sobre a dimensão política e o papel da história para uma sociedade mais democrática, assim como fomentar reflexões sobre a relação entre história, tempo e natureza, a obra apresenta que a História do Tempo Presente não está estática, mas sim pulsando no cerne da contemporaneidade. Em paralelo, esse conjunto de reflexões demonstra a existência de um compromisso social articulado a um rigor ético-metodológico que caracteriza as abordagens da HTP, ao apresentar um conjunto de ensaios que reforçam o papel político ocupado pelos historiadores que se debruçam a investigar o chamado “presente histórico”.

No entanto, a coletânea deixa em evidência um fato importante ainda a ser contornado nos estudos da HTP: a profunda vinculação com as epistemologias europeias. É notório e amplamente conhecido que o campo teve sua primeira grande institucionalização na França, e que esse é um centro de referência incontestável, porém demandas urgentes e o avançar da produção acadêmica na área provocam uma reflexão importante sobre a oportunidade de afirmar uma História do Tempo Presente Latino-Americana que parte do Sul Global, sem ignorar suas relações com a Europa quando necessário. Essa é uma tentativa que textos como o de Marina Franco e Daniel Lvovich

tentam desenvolver, assim como é uma provocação no final do artigo de Arend e Lohn. No entanto, ainda assim, se percebe a profunda relação com as epistemologias francesas.

Não se está, obviamente, defendendo um tipo de regionalismo ou a negação do papel fundamental da HTP, mas sim pontuando a potencialização de saberes e perspectivas outras para pensar o campo. Tal consideração pode, por exemplo, partir do próprio *lôcus* da América Latina, território marcado pelo colonialismo, pela violência de Estado e pelos autoritarismos. Como Observa Araújo (2019), o contexto pós-Revolução Cubana, por exemplo, inaugura uma nova ordem do tempo que potencializa uma perspectiva latino-americana sobre o Tempo Presente em um continente marcado por conflitos, golpes e ditaduras. Uma obra recente, organizada por Araújo e Sarmiento (2021) se propõem a esse desafio e parece conseguir contornar esse aspecto ao olhar para uma América Latina que se pense em diálogo com os seus, em primeira instância, e não pelo olhar do outro. As reflexões de Eugenia Allier Montaño e Laura Higuera, por exemplo, demonstram que essa é uma tendência crescente no restante da América Latina e que, em alguns movimentos, pode ser visualizada no Brasil.

Um outro ponto de avanço, e que talvez chame a atenção na obra, é não apenas a aproximação com a América Latina, mas a ausência de uma reflexão mais extensa sobre, por exemplo, os colonialismos e as perspectivas decolonial e pós-colonial como caminhos possíveis de reflexão para a História do Tempo Presente. Se por um lado é compreensivo, tendo em vista que a obra em suas entrelinhas parece estar bastante voltada à discussão de uma Nova História Política, por outro talvez ela possa justamente ser um gatilho para se pensar quais histórias outras podem ser mobilizadas. As historiadoras Claudia Mortari e Luisa Wittmann (2020), por exemplo, tem destacado esse caminho possível ao advogar a defesa de uma história que perceba as outras formas não apenas de experiências, mas de narrar o tempo vivido, em contextos de histórias vivas e de fronteiras que rompem com o conceito disciplinar moderno de história.

O capítulo de Rodrigo Turin, por exemplo, chama atenção para esse aspecto, em especial dada a sua vinculação a uma provocação do movimento da História (in)disciplinada e da História Pública. Ao chamar a atenção para outras formas de contar o tempo, centralizando o “tempo da terra”, Turin retoma a discussão sobre o tempo histórico como uma produção humana inscrita em contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, que não deve ser naturalizada por nenhum historiador, em especial no campo da HTP. Seu artigo é, neste sentido, um dos principais a tensionar uma visão focada prioritariamente na discussão europeia, como ocorre com Hartog e

Baets. Outros textos, como os de historiadores latino-americanos, também procuram esse processo, tomando como principal ponto a violência de Estado, mas abrem espaço para a questão já aventada de uma ânsia por diálogos Sul-Sul.

Certamente esse é um desafio corrente, que tensiona e provoca os historiadores e historiadoras da HTP, em especial aqueles que tem defendido o papel de análises interseccionais entre o local, nacional e o global, por exemplo. As epistemologias e cosmovisões indígenas e africanas, certamente estão circulando e em breve provocarão uma mudança de eixo analítico. Neste sentido, *História do tempo presente: mutações e reflexões* é um interessante livro de cartografia que demonstra que já se avançou muito, em especial nos já citados capítulos de historiadores brasileiros e latino-americanos, ao passo que fomenta no leitor um desejo por refletir a partir dele. Como um livro de referência deve ser, ele não apresenta respostas conclusivas fechadas, mas se integra a um escopo maior de coletâneas apontadas anteriormente, que tem sido mais que obras de consulta ou comunicação científica, reuniões de textos que nos permitem avançar e pensar sobre um tempo, como aponta Müller e Iegelski, nem um pouco pacificado, que vive em meio a crises políticas e sócio-históricas cada vez mais profundas as quais historiadores e historiadoras devem enfrentar como parte de um compromisso democrático e ético.

Referências

ARAUJO, Rafael. A história do tempo presente na América Latina e no Brasil: Recortes cronológicos e possíveis periodizações. In: ELÍBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael. (Org.) **Tempo presente: uma história em debate**. Recife: Autografia, 2019.

CHAVEAU, Agnès; TETART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini. Os homens da cor de giz ou do povo da mercadoria: diálogo sobre histórias com Chinua Achebe e Davi Kopenawa. In: Claudia Mortari e Luisa Tombini Wittmann (Org.). **Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos**. Florianópolis: Editora Rocha, 2020, p. 357-382.

ROUSSO, Henry. **A Última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

SARMIENTO, Érica; ARAUJO, Rafael. Pinheiro de (Org.) **América Latina em debate:** Questões do tempo presente. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021.

SOBRE O AUTOR

Igor Lemos Moreira é doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 15/06/2023

Aceito em 09/01/2023